

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE

1. OBJETIVO

Esta “Política de Divulgação de Informação Relevante” da **LUPO S.A.** (“Política” e “Companhia”, respectivamente), foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 23 de setembro de 2021, com o objetivo de estabelecer as diretrizes e os procedimentos a serem adotados com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à manutenção do sigilo de Informações Relevantes e à divulgação de Ato ou Fato Relevante pela Companhia, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 44, de 23 de agosto de 2021, conforme alterada (“CVM” e “Resolução CVM 44”, respectivamente).

2. APLICAÇÃO

Esta Política se aplica à (i) Companhia, Acionistas Controladores e Sociedades Controladas; (ii) Administradores; (iii) Profissionais; e (iv) Pessoas Ligadas, que tenham conhecimento de Informação Relevante sobre a Companhia.

3. DEFINIÇÕES

Para fins desta Política, alguns termos devem ser entendidos da seguinte forma:

“Acionista(s) Controlador(es)” ou “Sociedade(s) Controladora(s)”: Acionista(s) ou sociedade(s) que exerce(m) poder de controle sobre a Companhia, direta ou indiretamente, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

“Ação ou Ações”: as ações de emissão da Companhia.

“Administradores”: Os diretores, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária.

“Mercados de Negociação”: Bolsas de valores, mercado de balcão organizado e outras entidades em que os Valores Mobiliários são admitidos à negociação.

“Pessoas Ligadas”: as seguintes pessoas que mantêm vínculo com Administradores: (i) o cônjuge, de quem não se esteja separado judicialmente, (ii) o(a) companheiro(a); (iii) qualquer dependente incluído na declaração anual do imposto sobre a renda e (iv) as sociedades controladas direta ou indiretamente, seja pelos Administradores, Conselheiros Fiscais e membros dos órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, seja pelas Pessoas Ligadas.

“Profissionais”: Profissionais, colaboradores próprios ou não, empregados da Companhia e de sociedades por ela contratada, ou que com ela mantêm vínculo, que, em função do cargo, posição, relação comercial, profissional ou de confiança, têm acesso à Informação Relevante sobre a Companhia.

“Sociedade Coligada”: Sociedade da qual a Companhia participa com 10% (dez por cento) ou mais no capital social, sem controlá-la.

“Sociedades Controladas”: Sociedades sobre as quais a Companhia exerce poder de controle, direta ou indiretamente, na forma da Lei das Sociedades por Ações.

“Valores Mobiliários”: Valores mobiliários de emissão da Companhia, nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada.

4. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE

4.1. Definição de informação relevante

4.1.1. O “Ato ou Fato Relevante”, que será objeto de divulgação e comunicação (“Informação Relevante”), significa, nos termos da Resolução CVM 44:

- (i) qualquer decisão de Acionista Controlador;
- (ii) deliberação da Assembleia Geral ou dos Órgãos de Administração; ou
- (iii) qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos seus negócios, que possa influir, de modo ponderável:
 - (a). na cotação dos Valores Mobiliários ou a eles referenciados;
 - (b). na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os Valores Mobiliários; ou
 - (c). na decisão dos investidores em exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de Valores Mobiliários ou a eles referenciados.

4.1.2. A Resolução CVM 44 exemplifica as seguintes situações que, potencialmente, e observada a definição da cláusula anterior, podem ser consideradas Informação Relevante:

- (i) assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da Companhia, ainda que sob condição suspensiva ou resolutiva;
- (ii) mudança no controle da Companhia, inclusive com a celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas;
- (iii) celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas em que a Companhia seja parte ou interveniente, ou que tenha sido averbado no livro próprio da Companhia;

- (iv) ingresso ou saída de sócio que mantenha, com a Companhia, contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa;
- (v) autorização para negociação de Valores Mobiliários em qualquer mercado, nacional ou estrangeiro;
- (vi) decisão de promover o cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia;
- (vii) incorporação, fusão ou cisão envolvendo a Companhia ou empresas ligadas;
- (viii) transformação ou dissolução da Companhia;
- (ix) mudança na composição do patrimônio da Companhia;
- (x) mudança de critérios contábeis da Companhia;
- (xi) renegociação de dívidas da Companhia;
- (xii) aprovação de plano de outorga de opção de compra de Ações;
- (xiii) alteração nos direitos e vantagens dos Valores Mobiliários;
- (xiv) desdobramento ou grupamento de Ações ou atribuição de bonificação;
- (xv) aquisição de Valores Mobiliários para permanência em tesouraria ou cancelamento, e alienação de Ações assim adquiridas;
- (xvi) lucro ou prejuízo da Companhia e a atribuição de proventos em dinheiro;
- (xvii) celebração ou extinção de contrato, ou o insucesso na sua realização, quando a expectativa de concretização for de conhecimento público;
- (xviii) aprovação, alteração ou desistência de projeto ou atraso em sua implantação;
- (xix) início, retomada ou paralisação da fabricação ou comercialização de produto ou da prestação de serviço;
- (xx) descoberta, mudança ou desenvolvimento de tecnologia ou de recursos da Companhia;
- (xxi) modificação de projeções divulgadas pela Companhia; e
- (xxii) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, requerimento de falência ou propositura de ação judicial, de procedimento administrativo ou arbitral que possa vir a afetar a situação econômico-financeira da Companhia.

4.1.3. Caberá ao Diretor de Relações com Investidores, observadas as disposições desta Política e da legislação aplicável, divulgar à CVM e ao mercado essas e outras situações aos órgãos públicos e privados pertinentes, desde que constituam Informação Relevante sobre a Companhia, de acordo com a definição da cláusula 4.1.1 acima.

4.2. Divulgação e comunicação de Informação Relevante

4.2.1. Deveres e responsabilidades na divulgação e comunicação de Informação Relevante:

4.2.1.1. A divulgação e a comunicação de Informação Relevante sobre a Companhia deverão ser realizadas pelo Diretor de Relações com Investidores, que é o responsável pela disseminação da informação sobre a Informação Relevante, da maneira mais eficiente possível, tendo em vista os interesses de caráter político-

administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro da Companhia. O Diretor de Relações com Investidores, observadas as disposições desta Política, em especial a constante da cláusula 4.3 abaixo, e da legislação aplicável, promoverá sua divulgação e comunicação ao mercado e aos órgãos públicos e privados pertinentes.

4.2.1.2. Observado o disposto na cláusula 4.3.2 abaixo, o Acionista Controlador, Administradores e Profissionais devem **(i)** comunicar, ao Diretor de Relações com Investidores, qualquer Informação Relevante sobre a Companhia de que tenham conhecimento; **(ii)** certificar-se de que todos os documentos relacionados com a Informação Relevante circulem com aviso de sigilo e/ ou de restrição de acesso e, ainda, que as correspondências, convencionais ou eletrônicas, tenham como destinatário pessoas de confiança, cientes do caráter sigiloso, observando os padrões da Companhia sobre segurança de correspondência eletrônica; **(iii)** encaminhar ao Diretor de Relações com Investidores relação com nome, cargo e função das pessoas que tiveram acesso à Informação Relevante sobre a Companhia, se de seu conhecimento; e **(iv)** comunicar imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores sobre suspeita ou ocorrência de vazamento dentro de seu círculo restrito e determinável.

4.2.1.3 O Acionista Controlador, Administradores e Profissionais que tenham conhecimento de Informação Relevante sobre a Companhia e, após comunicarem o Diretor de Relações com Investidores, constatarem a omissão injustificada no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, deverão comunicar à CVM a Informação Relevante em questão. Não será injustificada a omissão caso se tratar de situação que, a juízo do Diretor de Relações com Investidores, haja razões para a manutenção do sigilo da Informação Relevante sobre a Companhia, que resguardam interesse legítimo da Companhia, de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro (vide cláusula 4.3 abaixo).

4.2.2. Forma da Divulgação e da Comunicação de Informação Relevante:

4.2.2.1. Observadas as disposições da cláusula seguinte e da cláusula 4.3, o Diretor de Relações com Investidores deverá divulgar ao mercado, imediatamente ou tão logo seja possível, a Informação Relevante sobre a Companhia, **(i)** em um dos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia; ou **(ii)** em portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade; e **(iii)** se julgar necessário, por qualquer outro meio de comunicação pertinente.

4.2.2.2. A divulgação da Informação Relevante na forma acima poderá, a critério do Diretor de Relações com Investidores, ser feita de forma resumida, com indicação do(s) endereço(s) na internet em que a informação completa da Informação

Relevante sobre a Companhia poderá ser obtida, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e aos Mercados de Negociação.

4.2.2.3. A divulgação de Informação Relevante sobre a Companhia deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nos Mercados de Negociação. Caso necessário, poderá o Diretor de Relações com Investidores providenciar a divulgação da Informação Relevante sobre a Companhia no horário de negociação dos Valores Mobiliários, nos Mercados de Negociação, e solicitar a suspensão desta negociação pelo período adequado à disseminação da informação.

4.2.2.4. O Diretor de Relações com Investidores e, na sua omissão injustificada, o Acionista Controlador, Administradores, Membros do Conselho Fiscal e Profissionais deverão comunicar a Informação Relevante sobre a Companhia à CVM e aos Mercados de Negociação, na forma da Instrução CVM 358.

4.3. Dever de Guardar Sigilo e Exceção à Imediata Divulgação

4.3.1. Observado o disposto na cláusula 4.2.1.1 acima, até a divulgação ao mercado, na forma acima, o Acionista Controlador, Administradores e Profissionais deverão guardar sigilo da Informação Relevante sobre a Companhia de que tenham conhecimento, bem como farão com que seus subordinados e terceiros de sua confiança também assim procedam, sob pena de responsabilidade solidária, na forma da Lei das Sociedades por Ações.

4.3.2. A juízo do Acionista Controlador e dos Administradores e nos termos da cláusula seguinte, a Informação Relevante sobre a Companhia poderá deixar de ser divulgada, ou de ser divulgada de forma imediata, para resguardar interesse legítimo da Companhia, de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro da Companhia (Instrução CVM 358).

4.3.3. Na hipótese prevista na cláusula anterior, será observado o seguinte:

- (i)** o Acionista Controlador ou Administradores que decidirem pela manutenção do sigilo em benefício da Companhia deverão cientificar imediata e formalmente o Diretor de Relações com Investidores do ato ou fato tido como relevante, com as informações necessárias ao seu correto entendimento;
- (ii)** o Diretor de Relações com Investidores ou, ainda, os demais Administradores ou Acionista Controlador da Companhia – estes dois últimos grupos, mediante comunicação simultânea ao Diretor de Relações com Investidores – poderão solicitar a apreciação da manutenção de sigilo à CVM, desde que em envelope registrado, lacrado e com advertência de sigilo, tendo como destinatário o presidente da CVM. Caso esta decida pela divulgação ao mercado da

Informação Relevante, determinará também uma comunicação aos Mercados de Negociação e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários sejam admitidos à negociação;

- (iii) em qualquer hipótese de manutenção do sigilo de Fato Relevante, ocorrendo situações enquadráveis no item "Situações Anômalas" ou quando a situação escapar ao controle dos Destinatários, o Diretor de Relações com Investidores deve ser informado imediatamente e deve adotar os procedimentos previstos no item (ii) acima ou divulgar imediatamente o respectivo Fato Relevante, caso que não eximirá o Acionista Controlador e os Administradores de sua responsabilidade pela divulgação.

4.3.4. Caso (i) ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários ou a eles referenciados, ou (ii) a Informação Relevante não divulgada venha a se tornar pública, o Diretor de Relações com Investidores, ou as pessoas que tiverem acesso à Informação Relevante, deverá(ão) providenciar a sua imediata divulgação, de acordo com os termos desta Política e da legislação aplicável.

4.3.4.1. Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, o Diretor de Relações com Investidores (i) deverá inquirir as pessoas com acesso a Atos ou Fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações sobre a Companhia que devam ser divulgadas ao mercado, e (ii) poderá solicitar a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários, ou a eles referenciados, pelo tempo necessário à adequada disseminação da Informação Relevante.

4.4. Divulgação sobre Aquisição ou Alienação de Participação Acionária Relevante

4.4.1. Entende-se por negociação relevante o negócio ou o conjunto de negócios por meio do qual a participação, direta ou indireta, das pessoas sujeitas à obrigação ultrapassa, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de espécie ou classe de Ações, levando-se em consideração, observadas as regras de cálculo previstas no dispositivo, a celebração de instrumentos financeiros derivativos referenciados em tais ações e a aquisição de direitos sobre esses Valores Mobiliários.

4.4.2. Os Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal da Companhia, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, deverão comunicar à Companhia – imediatamente após ser alcançada a participação mencionada acima – as informações sobre a realização de negociações relevantes, inclusive das Pessoas Ligadas a eles, na forma estabelecida pela CVM, cabendo ao Diretor de Relações com Investidores transmiti-las à CVM e, se for o caso, aos

Mercados de Negociação, bem como atualizar o Formulário de Referência da Companhia, no campo correspondente.

4.4.3. Nos casos em que a aquisição resulte ou tenha sido efetuada como intenção de alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da Companhia, bem como nos casos em que a aquisição gere obrigação de efetuar oferta pública, nos termos da regulamentação vigente, o adquirente deverá, ainda, promover a divulgação, no mínimo pelos canais de divulgação adotados pela Companhia mencionados nesta Política.

4.5. Divulgação de informações sobre a titularidade de Valores Mobiliários por Administradores e Pessoas Ligadas

4.5.1. Os Administradores, Membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária comunicarão à Companhia, com indicação de quantidade, características e forma de aquisição, **(i)** os Valores Mobiliários de que são titulares, bem como as alterações a essa titularidade, na forma da Resolução CVM 44, e **(ii)** os valores mobiliários de Sociedades Controladas, Controladoras ou Coligadas – desde que companhias abertas; de que sejam titulares ou de titularidade de Pessoas Ligadas, bem como a alteração dessas posições, no prazo de: **(a)** imediatamente após a investidura no cargo, conforme o caso; e **(b)** no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o término do mês em que se verificar alteração das posições detidas, indicando o saldo da posição no período.

4.5.2. O Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela transmissão à CVM e, se for o caso, aos Mercados de Negociação, das informações recebidas pela Companhia conforme disposto na cláusula 4.5.1.

5. DÚVIDAS

Quaisquer dúvidas ou esclarecimentos acerca da aplicação desta Política deverão ser encaminhadas à Diretoria de Relações com Investidores, no endereço eletrônico ri@lupo.com.br.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. Diretor Responsável

O Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela execução e acompanhamento desta Política.

6.2. Termo de Adesão

6.2.1. O Acionista Controlador, Administradores e Profissionais deverão se sujeitar às normas da presente Política, mediante a assinatura do respectivo Termo de Adesão (“Termo

de Adesão”), para os fins e nos termos da Instrução CVM 358, conforme modelo anexado à presente como Anexo I. Os Termos de Adesão serão arquivados na sede da Companhia enquanto essas pessoas com ela mantiverem vínculo e após 5 (cinco) anos do respectivo desligamento.

6.2.2. A Companhia poderá exigir que outras pessoas, além daquelas referidas na cláusula anterior, observem esta Política, que, para tanto, deverão assinar o Termo de Adesão.

6.2.3. A Companhia disponibilizará à CVM a relação das pessoas que aderirem à presente Política, mediante a assinatura do Termo de Adesão, e lhe informará, mensalmente, as alterações a esta relação, se houver.

6.3. Alteração

6.3.1. Caberá ao Conselho de Administração avaliar a adequação da presente Política da Companhia e realizar alterações sempre que necessário, as quais serão prontamente comunicadas pelo Diretor de Relações com Investidores aos seus destinatários, à CVM, aos Mercados de Negociação e às entidades de mercado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia estejam admitidos à negociação, passando a se aplicar a todos na data de ciência.

6.3.2. Esta Política está disponível no website da Companhia (www.ri.lupo.com.br), bem como no website da CVM (www.cvm.gov.br).

6.3.2. A presente Política entra em vigor quando de sua aprovação pelo Conselho de Administração, e permanecerá vigorando por prazo indeterminado, até que haja deliberação em sentido contrário. Se sobrevier alteração legislativa ou regulamentar às normas aplicáveis, em especial a Resolução CVM 44, referida alteração sobrepor-se-á às disposições desta Política e o Conselho de Administração promoverá sua alteração.

6.4. Infrações

6.4.1. A violação desta Política deverá ser comunicada imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

* * *

ANEXO I - TERMO DE ADESÃO

Pelo presente instrumento, [nome completo], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], residente e domiciliado em [cidade], Estado de [●], na [endereço] portador da Carteira de Identidade RG nº [●] [órgão expedidor] e inscrito no CPF/ME sob o nº [●], na qualidade de [●] da **LUPO S.A.**, companhia aberta com sede na sede social na Rodovia Washington Luis, Km 276,5, s/n, Bairro Pau Seco, na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, CEP 14801-905, constituída em 11 de junho de 1937 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.948.405/0001-69 ("Companhia"), **DECLARO**, para os fins e nos termos da Instrução Normativa CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, **(i)** ter plena ciência das disposições da "Política de Divulgação de Informação Relevante da Lupo S.A." ("Política de Divulgação"), aprovada pela reunião do seu Conselho de Administração realizada em [●] de [●] de 2021 ("Reunião do Conselho de Administração"), **(ii)** que me foram entregues cópias da Política de Divulgação e da Reunião do Conselho de Administração, e **(iii)** que cumprirei fielmente as determinações da Política de Divulgação e da Reunião do Conselho de Administração. Este Termo de Adesão é assinado em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, uma das quais será arquivada na sede da Companhia e a outra ficará sob a minha responsabilidade de guarda.

São Paulo, [●] de [●] de 2021.

[Nome Completo]